



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6837 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: AS POLÍTICAS E OS CURRÍCULOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES

Mateus Augusto Almeida Martins - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Marileide Gonçalves França - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPES

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: AS POLÍTICAS E OS CURRÍCULOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES

O abismo racial entre negros e brancos no Brasil foi ratificado pelas pesquisas científicas e estatísticas oficiais do Estado brasileiro que analisam as condições de vida, emprego, saúde, escolaridade, entre outros indicadores sociais que comprovam a existência de uma grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada à exclusão social e à discrepância socioeconômica que atingem toda a população brasileira e, de modo particular, a população negra (GOMES, 2008).

Diante desse contexto, Munanga (2005) apresenta que a educação escolar brasileira e a formação de professores carregam marcas de tradições eurocêntricas, voltada para o protagonismo do homem branco, heterossexual e europeu. Dessa forma, essa carga se perpetua no currículo da formação inicial docente, no qual ignora valores básicos da diversidade étnico-racial (MUNANGA, 2005).

Assim, apoiados nas contribuições de Gomes (2008), defendemos uma formação docente pautado num currículo antirracista a partir da perspectiva intercultural e decolonial do currículo, cuja pretensão é garantir representatividade à população negra, buscando um caráter emancipatório, de valorização sociocultural, reconhecendo a educação como espaço privilegiado para promoção de atitudes, produção de conhecimento e redescoberta da nossa historiografia, numa perspectiva antirracista.

Dessa forma, surge a necessidade de pesquisar como a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) é abordada em diversos cursos de licenciatura do município de Alegre da região do Caparaó, sul do estado do Espírito Santo, assim como, fomentar discussões que envolvam a formação inicial docente para a ERER, sua importância e como ela tem se configurado nos currículos dos cursos de licenciaturas.

Tivemos como objetivo geral: analisar como a temática da ERER era abordada no currículo dos cursos de licenciatura na modalidade presencial, da Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras de Alegre (Fafia), do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – unidade de Alegre e da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) – unidade de Alegre.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso em instituições de ensino superior que ofertavam cursos de licenciatura situados no sul do estado do Espírito Santo. Elegemos, como instrumentos de coletas de dados, a consulta documental, a entrevista semiestruturada, o questionário, a observação e o diário de campo. Para analisar dos dados, optamos pela análise de conteúdo. Os sujeitos participantes foram as professoras que ministravam disciplinas voltadas à EREER, coordenadoras dos cursos de licenciaturas, uma membra do Núcleo Docente Estruturante da Ufes, a coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Ifes e alunos finalistas dos cursos de formação docente.

Nas análises do Projeto Pedagógico do Curso, das matrizes curriculares dos cursos e das ementas das disciplinas voltadas à EREER, observamos que o conteúdo da EREER estava inserido nos currículos dos cursos de licenciatura das três instituições, porém de modos distintos: ora abordado de forma transversal nas disciplinas que discutiam diferentes temáticas relacionais à diversidade, como gênero, população LBGTI+ e inclusão de alunos com deficiência, como ocorria na maior parte dos cursos da Fafia e do Ifes; ora como disciplina específica, como ocorria no curso de História da Fafia e nos cursos de Licenciaturas da Ufes.

Evidenciamos que as três instituições possuíam políticas e ações voltadas para a EREER, porém ainda estavam em processo de implementação ou consolidação, em consonância com o que estava preconizado na Lei nº 10.639/03, de modo a incluir a temática nas políticas institucionais, no currículo e nas atividades desenvolvidas dos cursos de licenciaturas e contribuir para a construção de uma educação antirracista e aberta ao diálogo pluriétnico. Dessa forma, as ações desenvolvidas pela Fafia voltadas para a EREER se encontravam presentes: nas semanas acadêmicas, organizadas pelos cursos de licenciatura; no trabalho desenvolvido em algumas disciplinas, de modo transversal; e no projeto desenvolvido pelo curso de Psicologia, voltado à sociedade e às escolas da região.

No Ifes, identificamos a existência de políticas afirmativas, a existência das Políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais do Ifes, que propiciou a criação dos Neabis em cada campus e a composição do Fórum dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. No que se refere às ações, estas eram desenvolvidas especialmente pelo Neabi, por meio de eventos científicos como a realização da Conferência da Consciência Negra e o grupo de estudos.

Na Ufes, as políticas eram desenvolvidas e acompanhadas pela Proaeci, a oferta da assistência estudantil, a existência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e a existência de um professor com formação específica para trabalhar com a temática, como foi identificado na Ufes/Alegre. O trabalho da professora Chimamanda possibilitava ações mais incisivas, como a realização de eventos acadêmicos, desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e grupo de estudos.

No que se refere as concepções dos sujeitos, identificamos que a EREER era concebida como mecanismo de descolonização do currículo eurocentrado, como possibilidade de formação de sujeitos críticos e viabilidade da luta por reivindicação de direitos políticos, visando o combate as práticas racistas. Foi possível identificar ainda, a partir dos relatos dos sujeitos, a existência do racismo nas Instituições de Ensino Superior revelado nos momentos de estágios realizados pelos alunos; nas relações estabelecidas entre os sujeitos, no âmbito dessas instituições; no currículo dos cursos de licenciaturas, representados no quantitativo reduzido de carga horária, na ausência de referências bibliográficas, número ínfimo de professores negros e ausência de materiais didáticos voltadas à EREER, entre outros.

Nesse sentido, o estudo aponta dificuldades, possibilidades e desafios no que diz respeito ao trabalho voltado para a EREER, pois a inclusão dessa temática no currículo dos cursos de licenciatura, impulsionados pela obrigatoriedade da Lei, promoveu movimentos (ora de resistência, ora de mudanças) que possibilitaram o debate sobre o currículo. Contudo, identificamos também desafios, como: a ausência de acervo nas bibliotecas e falta de material didático, para auxílio no desenvolvimento das atividades e/ou ações dos professores; desinteresse e resistência por parte de alguns professores em realizarem o debate; e ausência de financiamento, revelado pelas professoras, que apontaram suas implicações na realização do trabalho voltado para a EREER, pois impossibilita o desenvolvimento de eventos acadêmicos, pesquisas voltadas para a temática, assim como o diálogo com a educação básica, a partir de processos de formação de professores e/ou atividades de extensão.

Desse modo, o primeiro passo para incluir essa discussão nas IES é reconhecer a existência do racismo, pois somente a partir disso conseguiremos apresentar a importância da temática da EREER na formação de professores, assegurando que esteja presente no currículo desses cursos, visto que, a partir disso, as atividades e ações voltadas para a temática mostraram mais incisivas, a partir do ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais. Formação Inicial de Professores. Currículo. Políticas.

REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2008.

MUNANGA Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: UNESCO, 2005.